

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 209, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2014.

SÉRGIO MUNHOZ, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2014, no valor de R\$ 79.262.000,00 (setenta e nove milhões, duzentos e sessenta e dois mil reais), referentes aos Poderes do Município, seus fundos e órgãos.

§ 1º Constituem anexos e fazem parte desta Lei:

I - Demonstrativo da receita e da despesa do Município para o exercício a que se refere à proposta e os dois seguintes, a receita realizada dos três últimos exercícios encerrados e a prevista para o ano corrente;

II - Metodologia e premissa de cálculos realizados, nos termos do que dispõe o art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF);

III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL) projetada para 2014 (LRF, art. 12, § 3º);

IV - Anexos orçamentários 1, 2, 6, 7, 8 e 9 da Lei nº 4.320, de 1964;

V - Descrição sucinta de cada unidade administrativa e de suas principais finalidades com indicação da respectiva legislação (parágrafo único do art. 22 da Lei nº 4.320, de 1964);

VI - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação (inciso III, do § 1º, do art. 2º da Lei nº 4.320, de 1964);

VII - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais (inciso I, do § 2º do art. 2º da Lei nº 4.320, de 1964);

VIII - Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia da receita (LRF, art. 5º, II)

IX - Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (LRF, art. 5º, II);

X - Anexo de compatibilidade do orçamento com o anexo de metas fiscais (LRF, art. 5º, I);

§ 2º O anexo X deste artigo atualiza os valores relativos às metas de resultados fiscais do anexo de metas fiscais de que trata a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º da LRF.

Art.2º O Orçamento do Município, em obediência ao Princípio do Equilíbrio das contas públicas de que trata a Lei Complementar nº 101, de 2000, art. 1º, §1º, fica estabelecido em igual valor entre a receita estimada e a soma da despesa fixada acrescida da reserva de contingência.

Art.3º Considerar-se-á créditos adicionais especiais, para efeitos desta Lei, o crédito orçamentário criado em nível de elemento, conforme artigo 15º da Lei 4.320/64.

Art.4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, por Decreto, observados os arts. 8º, 9º e 13º da Lei Complementar nº 101, de 2000, mediante a utilização dos recursos:

I - da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do somatório da receita total projetada, inclusive a previsão adicional (re-estimativa);

II - da Reserva de Contingência, com valores específicos para este fim no anexo de riscos fiscais;

III - de excesso de arrecadação proveniente de receitas livres ou vinculadas arrecadadas e a arrecadar, desde que para alocação nos mesmos créditos orçamentários em que os recursos dessas fontes foram originalmente programados;

IV - superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior, de acordo com as vinculações originais.

§ 1º O limite para a abertura de créditos suplementares de que trata este artigo, no inciso I, é autorizado individualmente para a administração direta.

§ 2º Poderão ser utilizadas, para efeitos de créditos adicionais, reduções de valores atribuídos a créditos orçamentários de diferentes unidades gestoras do orçamento, sendo que os créditos adicionais especiais que envolvam o Poder Legislativo deverão possuir autorização expressa daquele Poder.

Art.5º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no decorrer do exercício, atendidas as disposições do artigo 38 da Lei Complementar nº 101, de 2000 e Resoluções do Senado Federal que dispõem sobre a matéria.

Art.6º Fica o Poder Legislativo autorizado a abrir créditos suplementares, por Decreto, em seu orçamento, observado o disposto no artigo 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, mediante à utilização dos recursos da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do somatório de seu orçamento fixado.

Art.7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 31 de outubro de 2013.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI

Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 209, de 30 de outubro de 2013, que: “Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2014.”

Sendo assim e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal